



CONSELHO FEDERAL

14° SIMULADO

OAB

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-10-10>

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no [YouTube](#)
[instagram.com/estratégia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Roserval Júnior

Questão 1

Jorge tentou ingressar em sala de sessão de tribunal, mas foi impedido sob a justificativa de que Jorge tentou acessar área reservada aos magistrados. De acordo com o disposto no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil,

- a) Jorge foi impedido corretamente, pois não é permitido que advogados entrem na parte reservada aos magistrados das salas de sessões dos tribunais.
- b) Jorge foi impedido corretamente porque teria que agendar horário para ingressar na parte reservada aos magistrados.
- c) Jorge não poderia ter sido impedido de ingressar em qualquer sala de sessão de tribunal, mas só poderia entrar em recinto em que funcione repartição judicial no horário de expediente desta.
- d) Jorge não poderia ter sido impedido de ingressar na sala, pois é direito dos advogados ingressar livremente nas salas de sessões dos tribunais, ainda que em área reservada aos magistrados.

Questão 2

Juliana é advogada e manifestou-se, verbalmente, para esclarecer equívoco que não teria qualquer influência no julgamento. Com base no EAOAB, é correto afirmar que

- a) Juliana só poderia ter-se manifestado por escrito.
- b) Juliana não poderia se manifestar, uma vez que não houve inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento.
- c) Juliana tem o direito de usar da palavra para esclarecer equívoco ou dúvida surgida em relação a fatos, documentos ou afirmações que influam no julgamento.
- d) A manifestação de Juliana foi correta, pois é direito do advogado reclamar de equívocos, ainda que não possam influir no julgamento.

Questão 3

Em face de dificuldades insuperáveis com seu cliente, o advogado Renato decidiu renunciar ao mandato, conforme recomenda o Código de Ética e Disciplina. Renato agiu corretamente se

- a) Tiver deixado de acompanhar a causa somente após decorrido o prazo previsto em lei.
- b) Houver comunicado ao cliente o motivo determinante para a renúncia, pois o advogado não deve deixar ao abandono ou desamparo as causas sob seu patrocínio.
- c) Tiver assumido a responsabilidade quanto a documentos ou informações que o cliente devesse lhe fornecer, ainda que por omissão deste, uma vez que está abandonando a causa.
- d) Tiver renunciado por considerar a causa indigna de defesa, considerando sua própria opinião sobre a culpa do acusado.

Questão 4

De acordo com o Código de Ética e Disciplina, é incorreto afirmar que compete aos Tribunais de Ética e Disciplina

- a) Atuar como órgão mediador ou conciliador nas questões que envolvam dúvidas e pendências entre advogados.
- b) suspender, definitivamente, o acusado, em caso de conduta suscetível de acarretar repercussão prejudicial à advocacia.
- c) Responder qualquer consulta formulada, ainda que não sejam sobre matéria ético-disciplinar.
- d) Julgar, em grau de recurso, os processos ético-disciplinares.

Questão 5

Durante uma audiência trabalhista, Josefa, advogada da reclamante, percebe que sua cliente está em clara desvantagem, e começa a questionar a condução do processo pelo magistrado, Bernardinho, realizando, inclusive, constantes insinuações acerca de suas decisões terem cunho subjetivo. Em determinado momento da audiência, a advogada ofende o magistrado, chamando-o de burro e incompetente, o qual a repreende, sob a alegação de desacato.

Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) A advogada tem imunidade profissional, não sendo punível qualquer manifestação de sua parte, no exercício de sua atividade, em juízo ou fora dele.
- b) A advogada possui imunidade profissional somente quanto a atos tipificados como difamação, quando referentes a manifestações de sua parte, no exercício de sua atividade.
- c) A advogada deverá responder na esfera penal por desacato, haja vista que a imunidade profissional se refere quanto a atos de injúria e difamação praticados apenas no exercício de sua atividade em juízo.
- d) A advogada deverá responder na esfera penal por desacato, além das demais sanções cabíveis, haja vista que a imunidade profissional se refere quanto a atos de injúria e difamação praticados no exercício de sua atividade, sendo, ainda, puníveis os excessos que cometer.

Questão 6

O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil prevê diversas hipóteses de incompatibilidades com o exercício da advocacia, e dentro estas não se enquadra o cargo de:

- a) Membro da Mesa do Poder Legislativo.
- b) Militar de qualquer natureza, na ativa.
- c) Procurador do Município contra a fazenda que o remunera.
- d) Oficial de Registro de Imóveis.

Questão 7

Frajola, autônomo, foi contratado como advogado do supermercado “Bom&Barato” para a defesa de uma causa milionária, esta referente ao falecimento de uma empregada, durante o expediente, por condições de trabalho precário.

Com relação ao pagamento dos honorários advocatícios, assinale a alternativa correta.

- a) O advogado não poderá empregar para o recebimento de honorários o sistema de cartão de crédito, haja vista a natureza mercantil.
- b) O advogado não poderá emitir fatura, mesmo quando o cliente assim solicitar.
- c) O crédito por honorários advocatícios autoriza o saque de duplicatas, conforme pactuado com o cliente em contrato de prestação de serviço.
- d) O advogado poderá emitir fatura, quando o cliente assim pretender, hipótese que não se autoriza eventual protesto.

Questão 8

Juninho, advogado, foi contratado para defender os interesses de João da Tesoura, o qual foi preso quando estava prestes a praticar um crime.

Assim que contratado pela mãe de João, Juninho se dirige a delegacia para conversar com o seu cliente e entender todos os fatos já narrados pela imprensa em diversos meios de comunicação. No entanto, o advogado foi barrado na delegacia, sob o argumento de que o seu cliente estava incomunicável, e que sem procuração expressa para defendê-lo o contato com o preso não seria autorizado.

Diante da situação fática narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Juninho não pode ter contato com o cliente sem a apresentação de procuração expressa.
- b) Juninho poderá comunicar-se com seu cliente de forma pessoal e reservada, salvo quando considerado incomunicável.
- c) Juninho, como advogado, tem direito a comunicar-se com seu cliente, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando este se achar preso, detido ou recolhido, tornando-se incomunicável apenas quanto preso em estabelecimento militar.
- d) Juninho, como advogado, tem direito a comunicar-se com seu cliente, pessoal e reservadamente, mesmo sem procuração, quando este se achar preso, detido ou recolhido em estabelecimento civil ou militar, ainda que considerado incomunicável.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

Revivendo as ideias platônicas, ele pregou que a meta do Estado deveria ser fazer com o que povo vivesse uma vida digna (virtuosa), de modo a ascender da *civitas terrea* (cidade terrena – onde predomina o pecado) para a *civitas Dei* (cidade de Deus).

Esse pensamento se liga às ideias de:

- a) Nicolau Maquiavel.
- b) Thomas Hobbes.
- c) Agostinho de Hipona.
- d) John Locke.

Questão 10

Para que não se possa abusar do poder é preciso que, pela disposição das coisas, o poder freie o poder". Sobre a separação dos poderes, é CORRETO afirmar:

- a) Foi originalmente esboçada por Montesquieu.
- b) Tem como objetivo garantir uma estrutura eficiente ao Estado.
- c) Apesar de os poderes estarem separados, nada impede que um mesmo órgão cumule mais de uma das funções.
- d) A reunião do poder executivo com o legislativo é uma ameaça à liberdade à liberdade dos cidadãos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

Diante da inércia do Presidente da República em editar norma versando sobre a remuneração dos servidores públicos federais, o Congresso Nacional fixou prazo para que o chefe do Poder Executivo apresentasse o projeto de lei correspondente. Não menos importante, a Assembleia Legislativa do Estado Alfa, em razão da urgência em disciplinar o mesmo tema a nível estadual, decide propor emenda à Constituição respectiva. Isto posto, com relação ao caso apresentado, é correto afirmar que:

- a) O projeto de emenda à Constituição do Estado Alfa, tratando do tema, somente poderia ter sido apresentado pelo governador, sendo o ato do Congresso igualmente inconstitucional.
- b) O ato do Congresso Nacional contraria a Constituição, porém não há impedimento à apresentação de projetos de emenda às Constituições, tanto em nível federal quanto estadual, versando sobre o tema.
- c) Agiu bem o Congresso ao fixar prazo para a elaboração da lei em comento, já que o tema é de iniciativa do Presidente, cuja inércia poderá comprometer a eficácia do texto constitucional.
- d) Nem a Constituição Federal nem a Constituição Estadual poderão sofrer emendas parlamentares, quando se tratar de matérias submetidas à iniciativa do Presidente da República.

Questão 12

Suzane é juíza de direito e foi indicada, pelo Tribunal de Justiça ao qual encontra-se vinculada, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público. Aldo, membro do Ministério Público Estadual, foi nomeado pelo Procurador-Geral da República como integrante do mesmo Conselho. Ambos desejam exercer a função de Corregedor da instituição. Com base no que determina a Constituição da República, pode-se concluir que:

- a) Desde que sejam aprovados pela maioria absoluta do Senado Federal, ambos poderão compor o CNMP.
- b) A escolha de Aldo e a nomeação de Suzane seguiram o previsto na Constituição, sendo permitidas, ainda, sucessivas reconduções ao cargo.
- c) Ambos deveriam ter sido nomeados pelo Presidente da República, mas não poderiam ser escolhidos para exercer a função de Corregedor, vez que tal atribuição pertence ao Procurador-Geral da República.
- d) Suzane deveria ter sido indicada pelo STF ou pelo STJ, mas Aldo não poderia ter sido nomeado pelo PGR.

Questão 13

Arnaldo, brasileiro naturalizado, viajou para a Inglaterra junto de sua esposa, Aline, de nacionalidade inglesa. Arnaldo, na ocasião, encontrava-se em meio à execução de missão diplomática, a serviço do governo brasileiro. Uma semana após a chegada no país, Aline dá à luz de Ana, filha do casal. A família decide, então, permanecer na Inglaterra, país que adota o critério *ius sanguinis* para a aquisição da nacionalidade originária. Após atingida a maioridade, Ana comete uma série de delitos e foge para o Brasil. Chegando aqui, pratica atividade nociva ao interesse nacional, sendo condenada criminalmente. Diante das condições apresentadas, assinale a alternativa correta:

- a) Ana não poderá optar pela nacionalidade brasileira, uma vez que poderá ser extraditada caso haja solicitação por parte de seu país de origem.
- b) A extradição de Ana somente seria permitida caso tivesse cometido o crime de tráfico de entorpecentes.
- c) Ana possui dupla nacionalidade, mas não deverá perder a nacionalidade brasileira e nem poderá ser extraditada.
- d) Caso Ana decida optar pela nacionalidade inglesa, ela perderá a nacionalidade brasileira e, nessa situação, poderá vir a ser extraditada.

Questão 14

Paulo, Juiz de Direito da Vara única da Comarca X, vinha causando sérios problemas às partes nos processos judiciais, o que decorria da demora para despachar e para decidir os feitos submetidos à sua apreciação.

Considerando esse estado de coisas, um assistido da Defensoria Pública questionou sobre a possibilidade de remoção compulsória de Paulo do órgão em que se encontrava, sendo respondido corretamente que:

- a) é impossível, visto a garantia da inamovibilidade;
- b) é possível, preenchidos os requisitos exigidos, por decisão do Conselho Nacional de Justiça ou do tribunal a que Paulo está vinculado.
- c) é possível, preenchidos os requisitos legais exigidos, por decisão exclusiva do tribunal a que João está vinculado, assegurada a ampla defesa;
- d) é possível, desde que fosse decretada, em caráter prévio, a aposentadoria compulsória de Paulo.

Questão 15

Diego reside em determinada área carente recebeu em casa um comunicado, por escrito, informando que ele estava devendo o valor referente a uma anuidade da associação de moradores do seu bairro. Mesmo pedindo o desligamento da associação, no ano anterior, a associação não permitiu o feito, justificando que ela atuava em benefício dos moradores. Inconformado com a situação, Diego buscou orientação com a Defensoria Pública que afirmou ser:

- a) constitucional o indeferimento do desligamento, pois todos os moradores devem permanecer vinculados à referida associação;
- b) inconstitucional o indeferimento do desligamento, pois ninguém pode ser obrigado a permanecer associado;
- c) constitucional o indeferimento do desligamento, pois, como Daniel se associou de modo voluntário, não poderia desligar-se da associação;
- d) inconstitucional o indeferimento do desligamento, pois a associação de moradores deveria demonstrar que atuou em benefício de Pedro durante o ano.

Questão 16

Um anteprojeto de lei foi elaborado por determinada associação. Seu conteúdo tratava especificamente da disciplina dos contratos de compra e venda de imóveis e estava plenamente adaptado às peculiaridades do respectivo Estado. A referida associação buscou orientação com a sua assessoria jurídica sobre o ente federado competente para legislar sobre a matéria. A resposta obtida foi a seguinte:

- a) a União tem competência legislativa privativa, pois a temática versa sobre direito comercial;
- b) o Estado tem competência legislativa privativa, pois a temática versa sobre direito civil;
- c) a União tem competência legislativa privativa, pois a temática versa sobre direito civil;
- d) a União e o Estado têm competência concorrente para legislar sobre a temática, pois versa sobre direito comercial.

Questão 17

A Defensoria Pública estava para adquirir computadores com a finalidade de aparelhar os órgãos da instituição. O Governador do Estado entendeu que a aquisição seria inoportuna, por isso ordenou que o processo licitatório fosse suspenso. Com fundamento no texto da Carta Magna, a decisão do Governador foi:

- a) inconstitucional, por violar a autonomia administrativa da Defensoria Pública;
- b) constitucional, desde que haja previsão nesse sentido na lei complementar;
- c) inconstitucional, salvo se o próprio Governador tivesse autorizado a realização do processo licitatório em momento anterior;
- d) constitucional, pois a Defensoria Pública está subordinada ao Governador do Estado.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Determinada cidade decidiu promover um festival cultural promovendo apresentações musicais, teatrais, exposições de artistas plásticos locais e saraus literários. Numa dos espetáculos, uma religião foi velada criticada e satirizada pelos artistas, fato que desagradou ao Chefe do Executivo e ocasionou o término antecipado do festival. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos assegura a liberdade de pensamento e de expressão. Nesse caso, o prefeito agiu corretamente?

- a) O exercício da liberdade de pensamento e de expressão poderá submeter-se à censura prévia quando, eventualmente, atingir a crença de outras pessoas.
- b) Não é possível a censura direta de determinados atos, mas o Poder Público pode valer-se de meios indiretos para obstar a circulação de determinadas ideias e opiniões.
- c) Os espetáculos públicos poderão ser submetidos à censura prévia como forma de regular o acesso, a proteção moral da infância e da adolescência.
- d) Em caso de guerra declarada, é permitida a propaganda que faz apologia ao ódio nacional, racial ou religioso característicos do Estado inimigo.

Questão 19

O Supremo Tribunal Federal, há algum tempo, julgou um habeas corpus impetrado por paciente que houvera escrito, publicado e comercializado livros disseminando ideias antissemitas. Com base na legislação atinente, assinale a alternativa correta:

- a) A prática não constitui crime de racismo, embora caiba responsabilização na seara cível por danos morais à comunidade judaica.
- b) O crime de racismo engloba os atos de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, mas não abarca questões religiosas ou de procedência nacional.
- c) Para o Supremo Tribunal Federal, os crimes de homofobia e transfobia atingem direitos humanos, mas não podem ser caracterizados como crimes de racismo.
- d) Havendo a publicação, distribuição e comercialização de material que incita discriminação ou preconceito, o juiz poderá determinar o recolhimento imediato dos exemplares do material respectivo.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Jean Louis, nascido em Paris, na França, naturalizou-se brasileiro no ano de 2003. Entretanto, no ano de 2016, foi condenado, na França, por comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas (cocaína), no território francês, entre os anos de 2010 e 2014. Antes da condenação, em 2015, Jean passou a residir no Brasil.

A França, com quem o Brasil possui tratado de extradição, requer a imediata extradição de Jean, a fim de que cumpra, naquele país, a pena de oito anos à qual foi condenado.

Apreensivo, Jean procura um advogado e o questiona acerca da possibilidade de o Brasil extraditá-lo. O advogado, então, responde que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, a extradição:

- a) não é possível, já que, a Constituição Federal, por não fazer distinção entre o brasileiro nato e o brasileiro naturalizado, não pode autorizar tal procedimento.
- b) não é possível, pois o Brasil não extradita seus cidadãos nacionais naturalizados, por crime comum praticado após a oficialização do processo de naturalização.
- c) é possível, pois a Constituição Federal prevê a possibilidade de extradição em caso de comprovado envolvimento com tráfico ilícito de drogas, ainda que praticado após a naturalização.
- d) é possível, pois a Constituição Federal autoriza que o Brasil extradite qualquer brasileiro quando comprovado o seu envolvimento na prática de crime hediondo em outro país.

Questão 21

Luca nasceu em Nápoles, na Itália, em 1997. É filho de Marta, uma ilustre pintora italiana, e Jorge, um escritor brasileiro. Quando de seu nascimento, seus pais o registraram apenas perante o registro civil italiano. Luca nunca procurou se informar sobre seu direito à nacionalidade brasileira, mas, agora, vislumbrando seu futuro, ele entra em contato com um escritório especializado, a fim de saber se e como poderia obter a nacionalidade brasileira. Assinale a opção que apresenta, em conformidade com a legislação brasileira, o procedimento indicado pelo escritório.

- a) Luca não tem direito à nacionalidade brasileira, eis que seu pai não estava ou está a serviço do Brasil.
- b) Luca não poderá mais obter a nacionalidade brasileira, tendo em vista que já é maior de idade.
- c) Luca tem direito à nacionalidade brasileira, mas, ainda que a obtenha, não será considerado brasileiro nato.
- d) Luca deverá ir residir no Brasil e fazer a opção pela nacionalidade brasileira.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

Por ocasião de uma operação de importação de produtos industrializados, o fisco federal exigiu o pagamento do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados da empresa importadora no momento do desembaraço aduaneiro (chamaremos de primeira exigência do imposto). Ocorre que a empresa revendeu, no mercado interno, os produtos que importou, sem ter neles realizado qualquer modificação, quando sofreu outra exigência do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados por parte do fisco no momento da saída desses produtos de seu estabelecimento importador (chamaremos de segunda exigência do imposto). Sobre essa hipótese, é correto afirmar que:

- a) A segunda exigência do imposto é indevida, pois não houve processo de industrialização no Brasil, considerando que a empresa importadora não fez qualquer modificação no produto.
- b) A primeira exigência do imposto é indevida, pois tal tributo não incide sobre produtos que foram industrializados por empresa situada no exterior.
- c) A ausência de operação de industrialização no Brasil em relação ao produto importado não impede a cobrança do IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados na revenda pelo importador.
- d) Por se tratar de imposto sobre produtos industrializados, deve ser pago pela empresa importadora ao fisco do país onde foi efetivamente industrializado o produto.

Questão 23

No ano de 2018 o agricultor Manoel das Couves teve uma (1) de suas três (3) extensas propriedades rurais invadida por trinta (30) famílias de camponeses. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta quanto à incidência do ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural:

- a) O imposto será exigível nos exercícios posteriores ao da invasão do imóvel, ante à manutenção do fato gerador, que é a propriedade.
- b) O imposto será inexigível nos exercícios posteriores ao da invasão do imóvel, pois o proprietário passou a não deter o direito de usar, gozar e dispor do bem, em decorrência da referida invasão.
- c) O imposto é inexigível, pois incide regra de imunidade tributária prevista na Constituição Federal.
- d) O imposto é inexigível, pois incide regra de isenção tributária prevista no Código Tributário Nacional.

Questão 24

Carlos é Advogado e foi contratado por uma empresa para elaborar um Parecer sobre os requisitos constitucionais relativos à Lei Complementar que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte e que criou o regime de tributação simplificada (SIMPLES Nacional). Sobre a hipótese, assinale a alternativa que contém a afirmativa que NÃO deve ser inserida no Parecer a ser elaborado por Carlos, por ser incompatível com a Constituição Federal:

- a) O regime de tributação simplificada do SIMPLES Nacional é obrigatório para todos os contribuintes que cumpram os requisitos previstos em Lei Complementar.
- b) Poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por Estado para fins de adesão ao regime de tributação simplificada do SIMPLES Nacional.
- c) De acordo com o regime de tributação simplificada do SIMPLES Nacional, o recolhimento dos tributos será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento.
- d) De acordo com o regime de tributação simplificada do SIMPLES Nacional, a arrecadação, fiscalização e cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.

Questão 25

A empresa X, que atua no ramo de fornecimento de gêneros alimentícios de primeira necessidade (arroz, feijão, macarrão e outros produtos da cesta básica), está passando por grave dificuldade financeira e, por isso, não está conseguindo realizar o pagamento dos tributos devidos ao Estado. Diante dessa situação, mas querendo pagar o que deve, ela se ofereceu ao Estado para realizar a quitação dos tributos devidos mediante a entrega de alimentos a serem consumidos nas escolas públicas estaduais ou, alternativamente, mediante a transferência, para o fisco, um imóvel de sua propriedade. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) As duas propostas são admissíveis, em razão do princípio da menor onerosidade para o devedor (favor debitoris).
- b) As duas propostas são inadmissíveis, pois os tributos devem ser quitados somente em dinheiro.
- c) A proposta de fornecimento de produtos para o pagamento de tributos é admissível, em circunstâncias excepcionais, como na hipótese, como forma subsidiária de garantir o recebimento do crédito pela Fazenda Pública.
- d) A proposta de transferência de imóvel do contribuinte para a Fazenda Pública para pagamento de tributos é admissível, somente se as condições dessa forma de extinção do crédito tributário estiverem previstas na legislação do Estado.

Questão 26

Durante procedimento de fiscalização, os auditores fiscais da Receita Federal do Brasil identificaram lucros não declarados pela sociedade empresária fiscalizada, decorrentes da venda de mercadorias roubadas. Foi comprovado que a empresa fiscalizada comprava carga roubada e depois as revendia. Sobre a hipótese, assinale a afirmativa correta:

- a) Não é devido o imposto sobre a renda, pois tributo não é sanção de ato ilícito.
- b) Não é devido o imposto sobre a renda, mas, sim, o confisco dos lucros não declarados.
- c) Caberá aplicação de multa fiscal pela não declaração de lucro, ficando afastada a incidência do imposto sobre a renda, sem prejuízo da punição na esfera penal.
- d) O imposto sobre a renda é devido face ao princípio da interpretação objetiva do fato gerador.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

A Câmara de Vereadores do Município de Nossa Senhora da Luz aprovou lei municipal que autoriza o administrador público a valer-se do desforço imediato sem necessidade de autorização judicial, solicitando, se necessário, força policial, contanto que o faça preventivamente ou logo após a invasão ou ocupação de imóvel público de uso especial, comum ou dominical, e não vá além do indispensável à manutenção ou restituição da posse. Nessa situação, referida lei:

- a) está de acordo com posição doutrinária e representa exercício do poder disciplinar.
- b) está de acordo com posição doutrinária e representa exercício do poder de polícia.
- c) contraria entendimento doutrinário, por afrontar o exercício do poder regulamentar.
- d) contraria entendimento doutrinário, por afrontar o exercício do poder hierárquico.

Questão 28

O Município Alfa, visando desenvolver e expandir o fornecimento de internet em seu território, a fim de garantir acesso público e gratuito aos alunos da rede municipal de ensino, percebe ser necessária a passagem de cabos de fibra ótica por determinadas propriedades privadas, impondo aos particulares o dever de suportar a conduta de instalação e utilização de parte de seu bem imóvel. Trata-se de intervenção denominada de:

- a) limitação administrativa.
- b) ocupação temporária.
- c) servidão administrativa.
- d) desapropriação.

Questão 29

O Governo do Estado Beta celebrou contrato com empresa para execução da obra de um hospital de campanha para ajudar no tratamento do novo coronavírus. Pelo contrato, a administração pública poderia modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; rescindi-lo, unilateralmente, nos casos autorizados por lei; fiscalizar-lhe a execução; aplicar sanções motivadas pela inexecução total do ajuste, independentemente de contraditório e ampla defesa; ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo. A assessoria jurídica da empresa contratada questionou o disposto no contrato, pois:

- a) a modificação unilateral do contrato representa abuso por parte do poder público.
- b) a administração pública deve delegar a fiscalização do contrato à outro órgão que não seja integrante da sua estrutura.
- c) a administração pública somente poderá ocupar os bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato no caso de rescisão do contrato.
- d) a aplicação das sanções pode se dar pela inexecução total ou parcial do ajuste, devendo ser assegurado o contraditório e ampla defesa.

Questão 30

Determinada empresa pública estadual enviou consulta à sua assessoria jurídica acerca do procedimento legal a ser tomado para realizar licitação visando a contratação de empresa de engenharia, para construção de um centro cultural no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em imóvel municipal já tombado, que não se refere a parcela de outra obra ou serviço, nem à obras e serviços de mesma natureza e mesmo local que poderiam ser realizadas conjunta e concomitantemente. Diante disso, a assessoria jurídica da empresa pública informou corretamente que:

- a) a licitação será dispensável e a contratação dependerá de autorização do Município, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pelo dirigente máximo da empresa pública ou sociedade de economia mista, na forma da legislação aplicável.
- b) a licitação será dispensável e a contratação dependerá de autorização do Estado, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pelo dirigente máximo da empresa pública ou sociedade de economia mista, na forma da legislação aplicável.

c) a licitação será exigível e a contratação dependerá de autorização do Município, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pelo dirigente máximo da empresa pública ou sociedade de economia mista, na forma da legislação aplicável.

d) a licitação será exigível e a contratação dependerá de autorização do Estado, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pelo dirigente máximo da empresa pública ou sociedade de economia mista, na forma da legislação aplicável.

Questão 31

Maria Sylvia é Superintendente da Secretaria de Saúde de determinado Estado. Certo dia, em vista da ausência do Secretário Estadual e da urgência da situação, ela assinou o ato de nomeação de um candidato aprovado em concurso público para cargo efetivo de enfermeiro. No dia seguinte, o ato foi devidamente publicado no Diário Oficial do Estado. Sabendo-se que a legislação estadual havia atribuído ao Secretário a competência de promover tal nomeação, permitindo que este a delegasse a outras autoridades hierarquicamente subordinadas, o ato de nomeação é:

a) inexistente, pois não cumpriu completamente seu ciclo de formação.

b) inválido, mas sujeito à convalidação pelo Secretário de Estado, desde que não estejam presentes vícios relativos ao objeto, motivo ou finalidade do ato.

c) válido, pois sujeito à aplicação da teoria do funcionário de fato.

d) ineficaz, mas sujeito à convalidação pelo Secretário de Estado, desde que não estejam presentes vícios relativos ao objeto, motivo ou forma do ato.

Questão 32

O Município de Floresta destinou, em seu orçamento, o valor de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) para contratação de consórcio de empresas, que irá gerir um parque municipal, pelo prazo de 25 anos. Além da tarifa cobrada aos usuários do parque, o poder público realizará contraprestação pecuniária ao parceiro privado. Nesse caso, é correto afirmar:

a) Trata-se de uma concessão comum, mas o valor do contrato não pode ser inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

b) Trata-se de Parceria público-privada na modalidade administrativa, em que o prazo de vigência do contrato será compatível com a amortização dos investimentos realizados, não podendo ser inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.

c) Trata-se de Parceria público-privada na modalidade patrocinada, em que o valor do contrato não pode ser inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

d) Trata-se de permissão de serviço público, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

O Advogado Paulo, amante da natureza, atua na área ambiental e urbanística. Em uma entrevista para um programa ambientalista, foi lhe perguntado quais seriam as obrigações do Poder Público com relação à proteção ambiental.

De acordo com o disposto na Constituição Federal, marque a única obrigação prevista:

- a) Incumbe ao Poder Público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de decreto, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.
- b) Incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de qualquer obra ou atividade, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade.
- c) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em decreto federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- d) Incumbe ao Poder Público proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Questão 34

José, proprietário rural, foi orientado por seu advogado a fazer a inscrição do imóvel rural no CAR, a delimitar a área de reserva legal e a preservar as áreas de preservação permanente. A grande preocupação de José é com a proteção do curso d'água que corta a propriedade, pois ele utiliza a água na irrigação de uma horta orgânica. Sendo assim, ele buscou saber o que seria considerado uma Área de Preservação Permanente (APP) e quais as limitações impostas pela legislação ambiental. Segundo o novo Código Florestal Brasileiro, APP é definida como:

- a) área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.
- b) área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.
- c) área de imóvel rural com ocupação antrópica preexistente a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pouso.
- d) área explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e projetos de reforma agrária.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Pedro é sócio majoritário e administrador da empresa “Grãos e Crias”. Por receber todos os valores na conta da pessoa jurídica, está acostumado a realizar o pagamento de todas os seus boletos pessoais por meio da conta bancária da empresa. Com isso, prefere não fazer um pró-labore ou receber um repasse. Já com dois anos de existência e com essa prática reiterada, “Grãos e Crias” gera uma dívida considerável com seus credores, tornando-se inadimplente com todos eles. Mesmo assim, verifica-se que todas as contas pessoais de Pedro foram devidamente pagas, apesar de permanecerem os débitos com os fornecedores da pessoa jurídica. Em relação a essa situação, é correto afirmar que:

- a) eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá alcançar exclusivamente bens e patrimônio da pessoa jurídica;
- b) eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá alcançar bens e patrimônio de Pedro desde o início, aplicando o julgador a desconsideração da personalidade jurídica de ofício;
- c) em eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá ser aplicada a desconsideração da personalidade jurídica para que sejam alcançados bens e patrimônio de Pedro, em razão da confusão patrimonial;
- d) em eventual ação de cobrança e execução por parte dos fornecedores poderá ser aplicada a desconsideração da personalidade jurídica para que sejam alcançados bens e patrimônio de Pedro, em razão do desvio de finalidade da pessoa jurídica.

Questão 36

Não são pessoas jurídicas de direito privado:

- a) as associações;
- b) as fundações;
- c) os partidos políticos;
- d) os entes de fiscalização do exercício profissional.

Questão 37

Marque a opção que corretamente indicar um bem móvel:

- a) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- b) o direito à sucessão aberta;
- c) as energias que tenham valor econômico;
- d) uma casa.

Questão 38

Joaquim e Maria têm dois filhos: Mário e Luigi. Joaquim é fanático por carros de época e possui um belíssimo Rolls-Royce de 1968, muito bem cuidado. Por sempre fazer companhia a seu pai nos passeios durante os finais de semana, Luigi é agraciado com a venda “a preço de custo”, por seu pai, desse belíssimo carro. Quanto a essa situação, o prazo para requerer a anulação da venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido, é:

- a) decadencial, de dois anos;
- b) prescricional, de dois anos;
- c) decadencial, de quatro anos;
- d) prescricional, de quatro anos;

Questão 39

O Estado X decidiu construir um viaduto para em uma entrada de uma rodovia estadual com a finalidade de melhorar o fluxo de carros. Apesar de ter cumprido rigorosamente o projeto de construção, o Estado X, por intermédio de seus órgãos competentes, deixou de fiscalizar e realizar as perícias de integridade da obra durante vários anos, o que acarretou em um desabamento de parte do viaduto, resultando na morte de alguns cidadãos que por lá transitavam. Em relação à responsabilidade civil do Estado por omissão, é correto afirmar que:

- a) será subjetiva, em qualquer situação;
- b) seria objetiva, bem como a do agente omissor;
- c) é excluída quando verificada a culpa exclusiva do agente;
- d) é objetiva quando relativa a atividade naturalmente perigosa.

Questão 40

Na venda com reserva de domínio, o domínio permanece com o vendedor até que a última prestação seja paga pelo comprador. Ela é uma venda condicional aperfeiçoada com o pagamento (evento futuro e incerto). Nesse tipo de contrato, a referida cláusula de reserva de domínio será estipulada por escrito e:

- a) já passa a ser oponível a terceiros.
- b) depende de registro, em qualquer cartório, para valer contra terceiros.
- c) depende de registro no domicílio do comprador para valer contra terceiros.
- d) depende de registro no domicílio do vendedor para valer contra terceiros.

Questão 41

A sociedade conjugal termina:

- a) apenas com a morte de ambos os cônjuges;
- b) exclusivamente pela nulidade do casamento;
- c) pelo divórcio;
- d) pela morte de um dos cônjuges, mas não pela morte presumida em razão da ausência.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Pedro sempre foi uma criança desobediente aos pais e, quando se tornou adolescente, mostrou-se extremamente influenciável por seus pares. Certo dia, tomados por um impulso delinvente, Pedro e os amigos decidiram sair quebrando janelas de carros e, por fim, subtraíram pertences deixados no interior dos veículos. Pedro foi abordado por policiais e prontamente privado de sua liberdade, sem que fossem observados seus direitos e garantias. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- a) Em situações excepcionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente permite haja privação de liberdade sem o devido processo legal.
- b) Pedro tem direito ao pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou outra forma equivalente.
- c) Pedro tem direito à defesa técnica promovida por um advogado, por seus pais ou responsável.
- d) O adolescente poderá produzir todas as provas necessárias à sua defesa, mas não poderá confrontar-se com vítimas e testemunhas em respeito à intimidade destas.

Questão 43

Marcos foi submetido à internação quando faltavam apenas 2 meses para atingir a maioridade civil. Ao conversar com o advogado contratado por seus pais, recebeu algumas informações que o deixaram desanimado quanto ao seu futuro. Com base na situação hipotética apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) A internação, embora constitua uma medida privativa de liberdade, deve guiar-se pelos princípios da brevidade e excepcionalidade, sendo permitido que Marcos realize atividades externas, salvo expressa determinação judicial em contrário.
- b) Marcos deverá seguir internado, sem realizar atividades externas, até o término do prazo fixado.
- c) A liberação de Marcos ocorrerá, obrigatória e compulsoriamente, quando completar dezoito anos de idade.
- d) O período máximo de internação não excederá dois anos e a sua manutenção deve ser reavaliada a cada seis meses.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

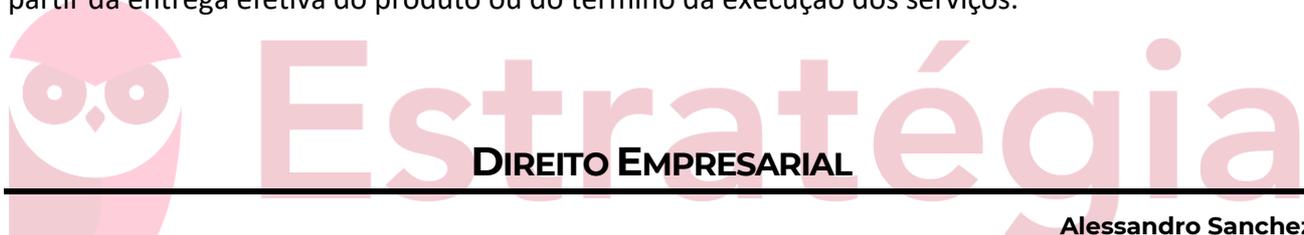
Júlia viajou de férias aos Estados Unidos, onde aproveitou para renovar todos os seus aparelhos eletrônicos, como celular, tablete, computador, câmera fotográfica. Ela voltou em um voo direto que pousou em São Paulo (SP). Contudo, ao chegar, descobriu que sua mala havia sido extraviada pela companhia aérea, que simplesmente perdeu a bagagem. Além do transtorno, ela sofreu um enorme prejuízo econômico, avaliado em aproximadamente R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Diante disso, Júlia procurou-lhe, na qualidade de advogado, que a informou corretamente que:

- a) diante de sua especificidade, as normas do CDC prevalecem em relação àquelas previstas nos tratados internacionais que limitam a responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros pelo desvio de bagagem, especialmente as Convenções de Varsóvia e de Montreal.
- b) as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor, em se tratando de dano moral ou material.
- c) as indenizações por danos morais decorrentes de extravio de bagagem e de atraso de voo não estão submetidas à tarifação prevista na Convenção de Montreal, devendo-se observar, nesses casos, a efetiva reparação do consumidor preceituada pelo CDC.
- d) as indenizações por danos materiais decorrentes de extravio de bagagem e de atraso de voo não estão submetidas à tarifação prevista na Convenção de Montreal, devendo-se observar, nesses casos, a efetiva reparação do consumidor preceituada pelo CDC.

Questão 45

Jonas deixou seu automóvel em estabelecimento autorizado da marca a fim de fazer a revisão de 10.000 km (dez mil quilômetros). Quando foi buscar o carro na concessionária já era noite e, com pressa, e confiando na qualidade do serviço, não verificou tudo que foi realizado. Dois dias depois, ao sair para o trabalho, pela manhã, observou que o veículo apresentava marcas de riscos na pintura, bem como manchas nos bancos. Ele, então, reclamou formalmente ao fornecedor do serviço, por se tratar de:

- a) vício oculto do produto, no qual o direito de reclamar estará sujeito a prazo decadencial, que se inicia no momento em que ficar evidenciado o defeito.
- b) vício oculto do serviço, no qual o direito de reclamar estará sujeito a prazo prescricional a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.
- c) vício de fácil constatação, no qual o direito de reclamar estará sujeito a prazo prescricional que se inicia no momento em que ficar evidenciado o defeito.
- d) vício de fácil constatação, no qual o direito de reclamar estará sujeito a prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.



Alessandro Sanchez

Questão 46

Pedro, no intento de começar um novo negócio, constituiu, regularmente, empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI) destinada à prestação de serviços de logística. Nesse caso, de acordo com o Código Civil, Pedro:

- a) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que seja rigorosamente respeitada a separação entre os patrimônios de cada empresa.
- b) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que se destine a outro ramo de negócio.
- c) não poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade.
- d) poderá figurar, simultaneamente, em outra empresa dessa mesma modalidade, desde que o capital social da primeira esteja totalmente integralizado.

Questão 47

Bianca, vendedora de cosméticos, realizou negócio com Antônio que, por seu turno, em pagamento aos produtos, emitiu cheque nominal em favor da vendedora. Esta, em pagamento ao seu fornecedor, endossou o título a Carlos, que endossou a Cristina. Na sequência, Eduardo, quem recebeu o cheque de Cristina posteriormente, lançou aval no cheque (porém, o fez sem indicar quem seria o avalizado). No caso em tela e nos termos da Lei do Cheque (Lei nº 7.357/85):

- a) o aval é nulo, pois a indicação do avalizado é requisito essencial de validade.
- b) considera-se avalizada Bianca, somente.
- c) considera-se avalizado Carlos, somente.
- d) considera-se avalizado Antônio, somente.

Questão 48

É sabido que as sociedades anônimas podem se de capital aberto ou de capital fechado. As sociedades de capital aberto não podem emitir:

- a) Partes beneficiárias
- b) Debêntures
- c) Bônus de subscrição.
- d) Commercial paper.

Questão 49

Sobre a EIRELI, temos que:

- a) tem personalidade jurídica e oferece limitação de responsabilidade antes mesmo do seu registro.
- b) não pode ser constituída a partir da transformação de sociedade limitada.
- c) não possui personalidade jurídica própria, embora ofereça limitação de responsabilidade à pessoa natural que a tenha constituído.
- d) é empresa dotada de personalidade jurídica distinta da pessoa natural que a tenha constituído.

Questão 50

Sobre o estabelecimento comercial, marque o item correto:

- a) O alienante do estabelecimento não pode fazer concorrência ao adquirente, nos três anos subsequentes à transferência, mesmo diante de autorização expressa.
- b) O adquirente do estabelecimento responde individualmente pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, desde que regularmente contabilizados.
- c) O contrato que tenha por objeto a alienação do estabelecimento, só produzirá efeitos entre as partes depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis.
- d) O estabelecimento pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Márcio, pedreiro bastante habilidoso, efetuou alguns reparos na casa de Ramon por duas semanas. Ao término, Ramon informou a Márcio que na segunda-feira efetuará o pagamento, visto que esquecera de sacar o dinheiro em espécie para pagamento. Na segunda-feira, Ramon solicitou mais um dia pois o saque não havia sido realizado por problemas no terminal de autoatendimento. Insatisfeito, Márcio decide ajuizar uma ação trabalhista para cobrar os valores devidos por Ramon. Com base na situação apresentada:

- a) Ramon poderá alegar a incompetência relativa do juízo a qualquer tempo.
- b) A competência absoluta ou relativa podem ser prorrogadas caso o réu, Ramon, não faça a alegação em preliminar de contestação.
- c) Ramon poderá alegar a incompetência absoluta a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.
- d) A Justiça do Trabalho é competente para processar e julgar ação movida por Márcio em face de Ramon.

Questão 52

Raquel, com apenas 10 anos, foi vítima de um atropelamento ao atravessar a rua de casa. Embora tenha seguido todas as instruções da mãe, um motoqueiro avançou o semáforo e acabou por atingir a criança. A comoção dos vizinhos foi grande e um deles, advogado, prontificou-se a postular em juízo o ressarcimento dos danos materiais e a indenização pelos danos estéticos. Nesse caso, pode-se afirmar:

- a) Raquel terá capacidade para estar em juízo caso tenha a habilidade de expressar-se com clareza e precisão sobre os fatos ocorridos.
- b) Raquel deverá ser representada por seus pais ou, na falta deles, por seu tutor.
- c) Havendo conflito de interesses entre Raquel e seu representante legal, o juiz concederá prazo para que outro representante seja indicado.
- d) Em caso de conflito de interesses entre Raquel e seu representante, o juiz nomeará curador especial e tal encargo caberá ao Ministério Público.

Questão 53

As sócias Jumara e Jurema sempre foram muito desorganizadas nos balanços contábeis de sua pequena empresa. Os empregados tinham certeza de que não havia qualquer distinção entre o patrimônio das sócias e da pessoa jurídica. Em determinada ação movida contra a empresa, não foram encontrados bens e, por isso, o autor requereu a desconsideração da personalidade jurídica. Com base no Código de processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) A desconsideração da personalidade jurídica só pode ser requerida na petição inicial, sendo vedado o pedido incidental.
- b) A parte tem legitimidade para requerer a desconsideração da personalidade jurídica, não sendo possível que o Ministério Público o faça.
- c) O incidente de desconsideração é possível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- d) Concluída a instrução, o incidente será resolvido por sentença.

Questão 54

Camila é uma ortopedista bastante reconhecida na sua cidade e foi intimada para atuar em uma ação que demandava o seu conhecimento científico para formação do convencimento do magistrado. Por nunca ter atuado junto ao Poder Judiciário, Camila procurou Pedro, um amigo advogado. Durante a conversa, Camila foi informada que:

- a) Camila deverá elaborar o laudo pericial no prazo de 15 (quinze) dias.
- b) A ortopedista não poderá escusar-se do encargo recebido.
- c) Se Camila, por dolo ou culpa, apresentar informações inverídicas responderá pelos prejuízos causados à parte e ficará inabilitada de atuar em outras perícias no prazo de dois a cinco anos.
- d) A única sanção aplicável a Camila em caso de informações inverídicas é a sua inabilitação para futuras perícias.

Questão 55

Marina, membro do Ministério Público Estadual, e Caio, defensor público da União, estavam conversando sobre as particularidades de suas atuações em âmbito institucional e processual ao participarem de uma mesa redonda promovida por uma faculdade de Direito. Alguns alunos estavam dispersos e, por isso, não entenderam bem algumas partes do que foi exposto. Natália, amiga de um deles, explicou-lhe que:

- a) O Ministério Público atuará na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses e direitos sociais e individuais indisponíveis, cabendo à Defensoria Pública a orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados.
- b) O Ministério Público e a Defensoria Pública gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, ainda que a lei estabelecer, de forma expressa, prazo próprio para tais manifestações.
- c) Os membros do Parquet, ao contrário dos defensores públicos, só poderão ser responsabilizados quando agirem com dolo ou fraude no exercício de suas funções.
- d) Embora desempenhem relevante papel social, os escritórios de prática jurídica das faculdades de Direitos não gozam de prazo em dobro para as manifestações processuais.

Questão 56

Rosalva foi acometida de uma grave doença em seu olho e a indicação médica era o tratamento cirúrgico. Para a tristeza de Rosalva, o plano de saúde negou a cobertura à cirurgia, mas sua filha decidiu ajuizar a ação cabível para assegurar o direito da mãe. Nesse caso:

- a) A tutela provisória de urgência, se concedida, não poderá ser revogada.
- b) Havendo suspensão processual, a tutela provisória também será suspensa e, assim, não conservará sua eficácia.
- c) A tutela provisória deverá ser requerida ao juízo da causa e, quando antecedente, deverá ser endereçada ao juízo competente para conhecer do pedido principal.
- d) A tutela de urgência antecipada poderá ser concedida ainda que presente perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Questão 57

Ao encerrar a fase postulatória, o juiz verificou que um dos pedidos estava prescrito e designou audiência de instrução e julgamento em relação aos demais. O advogado da parte autora discordou da postura adotada pelo magistrado e decidiu impugnar a decisão valendo-se de:

- a) apelação.
- b) agravo de instrumento.
- c) agravo interno.
- d) mandado de segurança.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Roberto mantém em depósito, durante todo o ano de 2019, 250 kg de cocaína, porém, em julho do referido ano de 2019 entra em vigor uma nova lei elevando a pena abstrata relativa ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes. Sabendo-se que Roberto recebeu a referida droga em Janeiro de 2019, antes da referida alteração da Lei, e levando em conta o entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

- a) Deve ser aplicada a lei mais benéfica ao agente, qual seja, aquela que já estava em vigor quando o agente passou a ter a droga em depósito.
- b) As duas leis podem ser aplicadas, pois ao magistrado é permitido fazer a combinação das leis sempre que essa atitude puder beneficiar o réu.
- c) Deve ser aplicada a lei mais severa, qual seja, aquela que passou a vigorar durante o período em que o agente ainda estava com a droga em depósito.
- d) O magistrado poderá determinar qual lei se aplica ao caso concreto, dando ao réu a possibilidade que lhe seja aplicada a lei mais benéfica por ser cabível nesta hipótese.

Questão 59

Pedro, com intenção de matar, efetua vários disparos de arma de fogo contra Marcos, seu antigo desafeto. Gravemente lesionado, Marcos é internado em um hospital mas vem a falecer, não em razão das lesões sofridas, mas queimado em um incêndio acidental que destruiu toda a enfermaria em que ele estava sendo atendido.

Você, advogado (a), é procurado (a) pela família de Pedro e deverá esclarecer que ele poderá ser responsabilizado pelo seguinte crime:

- a) Homicídio doloso consumado.
- b) Lesão corporal seguida de morte culposa.
- c) Lesão corporal dolosa grave.
- d) Homicídio tentado.

Questão 60

Ricardo subtrai o carro de um jovem que lhe era totalmente desconhecido, chamado Luiz. Tal subtração deu-se mediante o emprego de grave ameaça exercida pela utilização de arma de fogo. Luiz, entretanto, rapaz jovem e de boa saúde, sem qualquer histórico de doença cardiovascular, assusta-se de tal forma com a arma de Ricardo e sofre um ataque cardíaco fulminante.

Com base no cenário acima, você contratado (a) como advogado (a) para ser advogado de Ricardo, deverá afirmar que:

- a) Ricardo responde por latrocínio consumado.
- b) Ricardo responde em concurso material pelos crimes de roubo e de homicídio culposo.
- c) Ricardo não pode responder pela morte de Luiz.
- d) Ricardo praticou crime preterdoloso de roubo seguido de morte.

Questão 61

Flavio, competente professor de uma autoescola, guia seu carro por uma avenida à beira-mar. No banco do carona está sua noiva, Mariana. No meio do percurso, Flavio e Mariana começam a discutir: a moça reclama da alta velocidade empreendida. Assustada, Mariana grita com Flavio, dizendo que, se ele continuasse naquela velocidade, poderia facilmente perder o controle do carro e atropelar alguém. Flavio, por sua vez, responde que a noiva deveria deixar de ser medrosa e que nada aconteceria, pois se sua profissão era ensinar os outros a dirigir, ninguém poderia ser mais competente do que ele na condução de um veículo. Todavia, ao fazer uma curva, o carro derrapa na água que estava na estrada por conta das chuvas da noite anterior, fica desgovernado e acaba atropelando o jovem Sandro que passava pelo local. Infelizmente a vítima do atropelamento morre instantaneamente, embora Flavio e Mariana tenham sofrido apenas leves escoriações. A perícia técnica feita no local constatou o excesso de velocidade, e voce, chamado pela família de Flavio para orientá-lo a respeito da sua responsabilidade penal, deverá alegar que, em relação à vítima do atropelamento, Flavio agiu com:

- a) dolo direto.
- b) dolo eventual.
- c) culpa inconsciente.
- d) culpa consciente.

Questão 62

Acreditando estar grávida, Daniela, 20 anos, desesperada porque ainda morava com os pais, e por eles acreditarem que ela ainda era virgem, utilizando um fio de arame, tenta eliminar o feto sozinha no banheiro de sua casa vindo a sofrer, em razão destes atos, lesão corporal de natureza grave. Ao chegar no hospital para atendimento médico fica constatado que, na verdade, Daniela não estava e nunca esteve grávida. O Hospital informa os fatos à autoridade policial, pois a jovem de 20 anos chegou ao local em situação suspeita e gravemente lesionada. Diante disso, após o procedimento investigatório próprio, o Ministério Público resolveu oferecer denúncia em face de Daniela pela prática do crime de “ tentativa de autoaborto provocado pela gestante”, qualificado pelo resultado de lesão corporal grave, nos termos dos Art. 124 c/c Art. 14 II CP c/c Art. 127, todos do Código Penal.

Diante do caso concreto, assinale a opção com a correta tese defensiva que você apresentaria como advogado(a) de Daniela.

- a) O afastamento da qualificadora, tendo em vista que esta somente pode ser aplicada aos crimes de aborto provocado por terceiro, com ou sem consentimento da gestante, mas não para o delito de autoaborto de Pâmela.
- b) A atipicidade total de sua conduta.
- c) A desclassificação para o crime de lesão corporal grave, afastando a condenação pelo autoaborto.
- d) O reconhecimento apenas da tentativa do crime de autoaborto e afastamento da qualificadora pelo resultado, por se tratar de autolesão.

Questão 63

Rubens e Francine combinam praticar um crime de furto em uma residência onde ela exercia a função de faxineira. Então, resolvem em comum acordo subtrair bens do imóvel em data sobre a qual Francine sabia que os proprietários estariam viajando, tendo assim certeza de que os patrões, de quem gostava muito, não sofreriam qualquer ameaça ou violência.

No dia do crime, enquanto Francine aguardava do lado de fora da residência, Rubens entrou no imóvel para subtrair bens, porém, Francine ao perceber que o carro dos patrões inesperadamente estava na garagem tenta avisar o fato a Rubens, para que ele saísse rápido da casa. Todavia, Rubens, ao perceber que a casa estava ocupada, decide empregar violência contra os proprietários para continuar subtraindo mais bens. Descobertos os fatos, Francine e Rubens são denunciados como coautores pela prática do crime de roubo majorado.

Considerando as informações narradas, você como(a) advogado(a) de Francine deverá alegar em sua defesa:

- a) sua absolvição, tendo em vista que não desejava participar do crime mais grave efetivamente praticado.

- b) o reconhecimento do instituto da participação de menor importância, com aplicação de causa de redução de pena no crime de roubo .
- c) o reconhecimento de que a agente quis participar de crime menos grave, aplicando-se causa de diminuição de pena sobre a pena do crime de roubo majorado realizado. [L] [SÉP]
- d) o reconhecimento de que a agente quis participar de crime menos grave, aplicando-se a ela somente a pena do furto qualificado.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Acerca do benefício do *sursis* processual previsto na Lei n. 9.099/95, é correto afirmar que

- a) É cabível o benefício na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva, exceto em grau recursal.
- b) Suspensão condicional do processo, também conhecida como *sursis* processual, é um instituto despenalizador previsto no art. 89 da Lei n. 9099/95 que determina a suspensão do processo somente mediante a reparação do dano pelo autor dos fatos.
- c) De acordo com o art. 89, caput, da Lei n. 9099/95, para fazer jus ao *sursis* processual a pena privativa de liberdade cominada ao delito deve ser de até 2 anos, pouco importando se é de reclusão ou detenção, ressalvada as hipóteses de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- d) O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.

Questão 65

Em relação à violência doméstica e ao quanto previsto na Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), assinale a alternativa correta.

- a) A violência familiar, assim considerada para efeitos da lei em pauta, engloba a praticada entre pessoas unidas por vínculo jurídico de natureza familiar ou por vontade expressa.
- b) As medidas protetivas de urgência somente poderão ser concedidas após tomada de declaração das partes envolvidas na suposta violência.
- c) A prisão preventiva do agressor poderá ser decretada pelo juiz de ofício.
- d) A violência moral engloba o crime de ameaça.

Questão 66

Josué prepara um banho com velas e flores para Maria, sua esposa. Aproveitando-se da distração provocada por ele, subtrai todo o salário que Maria, sua esposa, recebera naquela tarde. Ao descobrir o fato, Maria procura a delegacia de seu bairro e narra o acontecido.

Diante dessa situação aponte a alternativa correta.

- a) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar estelionato.
- b) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar furto
- c) Trata-se de violência patrimonial contra a mulher prevista na Lei Maria da Penha e deverá o delegado instaurar inquérito para apurar furto mediante fraude.
- d) Não existirá persecução penal pela presença de imunidade penal absoluta.

Questão 67

Luan e seu amigo Santana foram condenados pela prática de receptação culposa à pena de 1 ano de detenção no regime aberto, deixando o magistrado de substituir a pena de prisão por restritivas de direito. Conformados com a sentença condenatória, os réus renunciaram ao direito de recorrer quando foram intimados pessoalmente, sem a presença de seus advogados. Ocorre que, no último dia do prazo, o advogado de Santana, ignorando a vontade de seu cliente, interpôs recurso de apelação. Os desembargadores não conheceram do recurso diante da renúncia expressa dos condenados.

Com base nas informações expostas, aponte a alternativa correta:

- a) Acertadamente agiram os desembargadores pois o direito de recorrer é personalíssimo.
- b) Os desembargadores agiram corretamente pois quando há divergência entre a vontade do cliente e do advogado deve prevalecer a do cliente.
- c) Os desembargadores erraram ao não conhecer o recurso de apelação pois deve prevalecer a vontade de quem deseja recorrer.
- d) Os desembargadores agiram errado ao não conhecer do recurso, no entanto ainda que conhecessem os efeitos da apelação seriam restritos ao réu cujo advogado apresentou recurso de apelação.

Questão 68

Assinale a hipótese que não afasta a elaboração de termo circunstanciado em relação a lesão corporal culposa no trânsito.

- a) Racha
- b) Embriaguez
- c) Guiar veículo automotor com habilitação vencida
- d) Excesso de velocidade em 50 km/h acima do limite permitido

Questão 69

Aponte um benefício penal ou processual penal que não esteja expresso no rito especial do Juizado Especial Criminal:

- a) suspensão condicional da pena
- b) suspensão condicional do processo
- c) composição civil dos danos
- d) transação penal

Estratégia
OAB DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

Considere:

- I. Rescisão indireta do contrato de trabalho.
- II. Pedido de Demissão formulado pelo empregado.
- III. Extinção do contrato de trabalho por justa causa obreira.
- IV. Extinção contratual em virtude da extinção do estabelecimento.

O 13º salário proporcional será devido nas hipóteses de extinção do contrato de trabalho indicadas SOMENTE em

- a) I, II e IV.
- b) I, II e III.
- c) I e IV.
- d) II e IV.

Questão 71

Joana, Paula, Lisa e Vitória são empregadas da empresa Sol & Nuvem e registraram seu horário de trabalho, com a seguinte variação: Joana, 4 minutos; Paula, 10 minutos; Lisa, 8 minutos; Vitória, 3 minutos. É correto afirmar que não serão computados como hora extraordinária, nem descontados, os minutos de variação no registro de horário apenas de

- a) Joana e Paula.
- b) Paula e Lisa.
- c) Lisa e Vitória.
- d) Joana e Vitória.

Questão 72

Eduardo foi dispensado por justa causa pela empresa Esperança S.A. Ajuizou ação trabalhista postulando a conversão da ruptura em dispensa imotivada e o pagamento de verbas decorrentes da rescisão unilateral do contrato de trabalho. Na sentença prolatada pelo juízo da 30ª Vara do Trabalho de Palhoça (SC), foi reconhecida a resolução bilateral contratual, em razão da prática de atos faltosos por ambos os contratantes.

À luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:

- a) o empregado receberá todas as verbas regularmente, nos mesmos moldes da dispensa sem justa causa;
- b) a lei determina que o juiz analise o grau de culpabilidade de cada litigante para definir se o trabalhador merece, ou não, receber alguma indenização;
- c) nenhuma verba será devida, porque houve reconhecimento judicial de culpa do empregado;
- d) é devido o pagamento de 50% do aviso prévio, do 13º salário e das férias proporcionais, assim como 20% da indenização compensatória do FGTS.

Questão 73

Helena, empregada da empresa Troia, está grávida. A Convenção Coletiva de Trabalho da categoria de Helena prevê a estabilidade gestante desde a confirmação da gravidez até sete meses após o parto, divergindo da estabilidade legal, prevista no Ato de Disposições Constitucionais Transitórias. Neste caso, será aplicada a Helena a

- a) cláusula prevista na Convenção Coletiva de Trabalho que prevê a estabilidade para a empregada gestante desde a confirmação da gravidez até sete meses após o parto.
- b) estabilidade legal prevista no Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, estabilidade para a empregada gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.
- c) estabilidade legal prevista no Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, estabilidade para a empregada gestante desde a confirmação da gravidez até quatro meses após o parto.
- d) estabilidade legal prevista no Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, estabilidade para a empregada gestante desde a confirmação da gravidez até três meses após o parto.

Questão 74

Gislene é empregada da empresa V. Ontem, ela laborou das 22:00hs às 06:00hs. Neste caso, em regra, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho

- a) será devido o adicional noturno de 30% também quanto às horas extras feitas por Gislene, após às 04:00hs, em razão da prorrogação de sua jornada.
- b) será devido o adicional noturno de 30% também quanto à hora extra feita por Gislene, após às 05:00hs em razão da prorrogação de sua jornada.
- c) será devido o adicional noturno de 20%, também quanto à hora extra feita por Gislene, após às 05:00hs, em razão da prorrogação de sua jornada.
- d) não será devido o adicional noturno quanto às horas extras feitas por Gislene após às 05:00hs, tendo em vista o término do horário noturno legalmente previsto.

Questão 75

Hugo era casado com Pamela que fatidicamente faleceu imediatamente após o parto de sua filha Alice. O casal trabalhava na mesma empresa, “VIVA” S.A. Em razão do acontecido, a Guarda de Alice ficou com o genitor, Hugo, sendo esse o responsável por seus cuidados, desde a alta hospitalar. Aconselhado por um amigo, Hugo procurou a Gerência de Recursos Humanos da empresa, solicitando seu afastamento para gozar da licença de 120 dias a que Pamela faria jus, ante a necessidade de cuidar de Alice. O RH por sua vez, indeferiu o pedido alegando que a licença é exclusivamente garantida à mãe.

Com base na legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) Correta a decisão da gerência de recursos humanos, pois a licença é direito único e exclusivo da mulher.
- b) Correta a decisão da gerência, eis que para ter direito a licença, Hugo deveria comprovar que não há outras pessoas para cuidar de sua filha.
- v) Incorreta a decisão da gerência de Recursos Humanos, pois em caso de morte da genitora, é assegurado ao cônjuge ou companheiro empregado o gozo de licença por todo o período da licença-maternidade ou pelo tempo restante a que teria direito a mãe, exceto no caso de falecimento do filho ou de seu abandono.
- d) Incorreta a decisão da Gerência de Recursos Humanos, contudo, Hugo só terá direito a gozar de 30 dias de licença.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

O sindicato dos químicos, ante ao não cumprimento do sindicato patronal frente à sentença normativa proferida pelo TRT, em sede de dissídio coletivo, ingressa com ação visando assegurar os direitos previstos na decisão. Por necessitar de celeridade, decide propor a demanda pelo rito sumaríssimo. Diante disso, de acordo com a CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) O sindicato deveria se valer de um Mandado de segurança, não havendo outro meio próprio para resguardar os seus direitos.
- b) O sindicato não poderia propor ação pelo rito sumaríssimo, pois este é exclusivo para os dissídios individuais, logo, deveria se valer de uma ação de cumprimento pelo rito especial.
- c) A ação correta a ser proposta seria ação rescisória pelo rito especial.
- d) O sindicato deveria ingressar com ação de cumprimento, sendo o rito escolhido pelo sindicato correto.

Questão 77

O Juízo da 29ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro recepcionou uma ação trabalhista, distribuída em novembro de 2019, para homologação de acordo extrajudicial acerca do pagamento de horas extraordinárias entre Glória Groove e o Banco do Céu.

Considerando a competência das Varas do Trabalho, decorrentes da legislação trabalhista, o juiz deve:

- a) processar a ação trabalhista, decidindo sobre a homologação do acordo extrajudicial, vez que a matéria é de competência da Justiça do Trabalho.
- b) extinguir o processo sem julgamento do mérito, porque a Justiça do Trabalho não tem competência para processar e julgar acordos extrajudiciais.
- c) processar a ação trabalhista e remeter o processo o Juízo Cível, vez que somente aquele juízo tem competência para homologação de acordos extrajudiciais.
- d) extinguir o processo sem julgamento do mérito, salvo se comprovado a existência de assistência sindical.

Questão 78

Solange ajuizou reclamação trabalhista contra sua ex- empregadora empresa XYZ Ltda., sendo que deixou de comparecer na data da audiência designada, ocasionando o arquivamento do feito. Ingressou com nova reclamação trabalhista, idêntica à primeira, sendo que na audiência e perante o juiz, desistiu expressamente do feito, com a concordância da empresa. Solange

- a) deverá aguardar um ano para propor nova ação.
- b) deverá aguardar seis meses para propor nova ação.
- v) não necessitará aguardar nenhum prazo, podendo ingressar imediatamente com nova ação.
- d) não poderá mais ingressar com nova ação.

Questão 79

Em Reclamação Trabalhista movida por José da Vida contra a Empresa XPTO Ltda., o juiz proferiu sentença procedente em parte, mas condenou tanto o Reclamante quanto a Reclamada por litigância de má-fé. O Reclamante por ter alterado a verdade dos fatos e a Reclamada, por provocar incidente manifestamente infundado. No caso narrado, e com base na legislação vigente, é correto afirmar que

- a) é possível a condenação tanto do Reclamante quanto da Reclamada por litigância de má-fé, sendo que o juiz condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa.
- b) não é possível a condenação tanto do Reclamante quanto da Reclamada por litigância de má-fé, tendo o juiz sentenciado em desacordo com a lei.
- c) é possível a condenação tanto do reclamante quanto da reclamada por litigância de má-fé, sendo que o juiz condenará cada um em multa que deverá ser superior a 1% e inferior a 20% do valor corrigido da causa.
- d) a litigância de má-fé somente atinge as partes no processo se ficar comprovado que uma de suas testemunhas intencionalmente alterou a verdade dos fatos ou omitiu fatos essenciais ao julgamento da causa, também tendo sido condenada por litigância de má-fé.

Questão 80

Feito o pregão da 1ª audiência movida por Jorge contra a empresa Flor do Campo Ltda., ambas as partes restaram ausentes. A hipótese que retrata a consequência jurídica cabível é:

- a) o feito prosseguirá normalmente e será sentenciado;
- b) o processo será arquivado;
- c) haverá revelia, mas não confissão fática;
- d) a audiência deverá ser remarcada.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>